

CONSULTE NOSSA
EQUIPE COMERCIAL:
3856-2080

QUER
RESULTADOS?
ESTADÃO

BLOGS



Estado da Arte

Um espaço para a discussão de ideias para nosso tempo

Nenhuma Europa existe. E acaso existirão os europeus?

"Europa em transição" de Luuk van Middelaar é indispensável para entender a história da União Europeia e o impasse entre ela e seus Estados-membros.

Estado da Arte

08 Janeiro 2018 | 12h00

Por **Cláudio Ribeiro**

No parágrafo final do ensaio “Modernidade” (incluso em *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*[1]), o historiador alemão Reinhart Koselleck diz que a

NEWSLETTER **Cultura**

Receba no seu e-mail conteúdo de qualidade



Digite seu e-mail

ASSINAR

determinação da *modernidade* como *tempo de transição*, desde que foi descoberta, não perdeu a evidência de seu caráter de época. Um critério infalível desta modernidade são seus conceitos de movimento — como indicadores da mudança social e política e como elementos linguísticos de formação da consciência, da crítica ideológica e da determinação do comportamento.



inRead invented by Teads

O destaque dado por Koselleck à associação entre “tempo de transição” e “modernidade” não é à toa. O que está no cerne disso é o fato de que ser *moderno* consiste em viver num tempo de disponibilidade para o “novo”, da “passagem” para um “futuro aberto”, com múltiplas possibilidades de construção etc.



Pôster do primeiro ano da Primeira Guerra Mundial. Na Inglaterra, lê-se: “Negócios como sempre”, enquanto o italiano canta “Você me fez lhe amar. Eu não queria”.

Ao ler o último livro do historiador e filósofo político neerlandês Luuk van Middelaar, recentemente lançado no Brasil (*Europa em transição – Como um continente se transformou em União*^[2]), percebemos que a escolha do tradutor (e, claro, também do editor) de verter o título original *De passage naar Europa* (“A passagem para a Europa”) para *Europa em transição* foi muito acertada, pois, de certa forma, alude à observação de Koselleck que evocamos.

Middelaar concebeu uma obra indispensável para qualquer pessoa que queira entender

não apenas a história da União Europeia, mas, sobretudo, as principais linhas de discussão sobre o impasse que há, desde os anos 1950, entre ela e seus Estados-membros, isto é, entre a entidade coletiva forjada gradualmente e hoje representada pela sigla “UE” e as nações que a compõem, que procuram “sentar-se à mesa” para um xadrez de tensão e equilíbrio. Por isso, uma das perguntas que norteiam as reflexões do autor é a seguinte: “É possível se falar *em nome da Europa*?” Ou, de modo mais radical: “Existe a Europa?”

A resposta, logicamente, não é simples nem óbvia.

O exame que Middelaar empreende o leva a destrinchar o histórico de embates entre as instituições (políticas, jurídicas, financeiras etc.) nacionais e supranacionais, bem como o reflexo de tal embate a nível individual. De que modo, por exemplo, um cidadão alemão se vê como “cidadão europeu”? Quando alguma instituição da União Europeia toma determinada decisão *em nome da Europa*, e tal decisão afeta, na prática, mais a situação financeira de um cidadão alemão do que a de um grego, o que está em jogo: o futuro de uma Europa concreta e unida, tendo em vista o progresso conjunto, ou um remanejamento indiscriminado de problemas nacionais particulares?

Muito distante das análises apressadas, enviesadas e simplistas que procuram reduzir a tensão entre a autonomia e a soberania dos Estados europeus e a União, e que atribuem a esta última e aos burocratas de Bruxelas projetos inexoráveis de dominação globalista, Middelaar opta pela precisão da análise conceitual, pela medida do peso das palavras e dos discursos e pela avaliação daquilo que é se encontrar quase que permanentemente em “tempo de transição”. Para tanto, o que o autor holandês faz, de início, é mapear os argumentos do que ele denomina “os três sincretismos”, a saber: “supranacionalismo”, “intergovernamentalismo” e “constitucionalismo”. Isto se faz necessário porque “cada palavra tem uma sonoridade e uma coação própria”. Coação esta terminantemente ideológica.

Deste modo, a cada um dos termos acima correspondem outros que erigem a sua arquitetura argumentativa e, também, pragmática — isto é, as pessoas são efetivamente orientadas a agir tendo em vista esses discursos. Então, algo como *A Europa* é atravessado por três perspectivas, segundo Middelaar: a da “integração”, da “cooperação” e da “construção”. A primeira delas pode ser chamada de “Europa das Repartições”, que tem como ponto de apoio as atividades funcionais, e é defendida e estruturada por politicólogos e cientistas sociais; a segunda, de “Europa dos Estados”, que tem na figura dos historiadores aqueles que não creem no conjunto supranacionalista e, para os quais, portanto, “a Europa é uma farsa”; por fim, a “Europa dos Cidadãos”, que tem na figura dos juristas e magistrados, nos criadores de regra, naqueles que buscam a “razão cidadã” e a “saída constitucionalista”, a sua defesa. Middelaar pergunta-se: “Como escapar dessa coação ideológica (arrolada a cada um desses termos)? Ou seria isso impossível, permitindo-nos substituir a frustrada

reivindicação de objetividade por um relativismo indolente?”

Há que se destacar, primeiro, que os discursos sobre a ordem europeia são ideológicos “na medida em que de um lado fazem um apelo legítimo ao futuro e do outro podem ser impugnados pela história.” Neste ponto, Middelaar pensa a ideologia atrelada à utopia, ao modo de Meinhof, poderíamos dizer. Temos, portanto, o confronto entre projetos e programas e a pressão dos fatos novos; a tensão entre a expectativa projetiva de um futuro sempre adiado e a exigência de soluções práticas ante a irrupção de *acontecimentos* (como a Queda do Muro de Berlim, em 1989, ou o 11 de Setembro, em 2001, ou ainda o recentíssimo Brexit). Por isso, tentar fazer algo “em nome da Europa” é o maior desafio, segundo Middelaar, pois trata-se de buscar “um equilíbrio entre a Comissão, o Conselho Ministerial e o Parlamento, as três instituições europeias nas quais as linhas de força Repartições, Estados e Cidadãos desembocaram.”

Mas em meio à tensão, existe uma “esfera intermediária”, cujo movimento “surge primordialmente porque os Estados buscam cada um seus próprios *interesses*.” — O leitor familiarizado com Bernard Mandeville poderá vislumbrar aqui ecos do que este autor imprimiu em sua *Fábula das abelhas*. Tal esfera, “por si menos contundente”, diz Middelaar, “pode falar em nome dos Estados-membros europeus reunidos e de suas populações”. Entre uma esfera interna e uma esfera externa da política europeia, o espaço da esfera intermediária assemelha-se ao Purgatório, lugar limítrofe entre o Inferno e o Paraíso — Dante e Le Goff, inclusive, são trazidos à baila por Middelaar para tornar claro este ponto. As soluções, portanto, nunca serão dadas por seres iluminados e, tampouco, serão incineradas no fogo infernal dos satânicos “inimigos da Civilização Ocidental”.

O título deste artigo é a paráfrase de um verso do poema “Hino Nacional”, de Carlos Drummond de Andrade, que se aplica ao Brasil. Mas se a União Europeia transformou um continente num *espaço* e não num *lugar*, como diz Middelaar, e se isso levou as nações e os indivíduos que as compõem a permanecerem num “intervalo entre o ‘já está’ e o ‘ainda não’”, o verso do autor de *Alguma poesia* curiosamente se ajusta ao “velho continente”. Isso pode nos remeter às reflexões que o social-democrata britânico Tony Judt levou adiante nas páginas finais de seu monumental *Pós-Guerra: Uma História da Europa Desde 1945*^[3], nas quais pergunta: “qual é o futuro dos Estados europeus? Teriam eles futuro?”

Talvez um bom autor para ser lido junto de Judt e Middelaar, a fim de tangenciar respostas possíveis, seja Ernest Gellner: um autor que precisa ser reintegrado ao debate sobre os nacionalismos e os desafios do mundo globalizado. Mas isso é pauta para outro momento.